



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003964-06.2010.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Cheque**
 Requerente: **Ana Prado Empreendimentos Ss Ltda**
 Requerido: **Banco Itaú**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Em 13 de agosto de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca de São Carlos, Dr. Milton Coutinho Gordo. Eu, _____, Escrevente, subscrevi.

Proc. 368/10

Decido nos termos do parágrafo 3º do art. 475-M do CPC, introduzido pela Lei 11.232 de 22 de dezembro de 2005.

Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença, alegando excesso de execução e apontando como correta a importância **R\$ 9.986,61** (nove mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos) e não **R\$ 30.467,33** (trinta mil quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos) como cobrado pela exequente.

Os autos retornaram ao perito nomeado na fase de conhecimento que elaborou cálculo às fls. 918/923 apurando excesso de execução de apenas R\$ 2.025,27 para a data do depósito.

A exequente concordou com o cálculo e o executado apresentou laudo técnico divergente (fls. 976 e ss) sobre o qual o perito do juízo se manifestou (fls. 1024/1027).

DECIDO.

Consoante apontou o louvado oficial, o Assistente Técnico do banco réu, esposa um conceito matemático equivocado em sua impugnação e que não pode ser acolhido.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A utilização (Anexo I) do percentual de 8,47% ao mês, no período que não houve pactuação da taxa de juros é inadequada e se encontra em flagrante desacordo com o que foi decidido no v. Acórdão.

O mesmo se aplica ao saldo devedor diário utilizado, conforme, ilustrado nas planilhas integrantes do Anexo I. É inadequado, para cálculo, dos juros remuneratórios o extrato banário, pois o banco réu, considera como base de cálculo para apuração dos encargos o saldo devedor diário apresentado no documento denominado "Demonstr. De Encargos em Contas Corrente".

Já a "periodicidade de cálculo" (ilustrado nas planilhas integrantes do Anexo I) no período compreendido entre o dia 1 (primeiro) a 30 (trinta) ou 31 (trinta e um) de cada mês, é inadequado, para cálculo dos juros remuneratórios. O Banco Réu, utilizou a periodicidade contratada, ou seja, do dia 10 (dez) do mês até o dia 09 (nove) do mês seguinte, contabilizando na conta corrente, dia de pagamento dos encargos todo dia 10 (dez), apresentado no documento denominado "Demonstr. De Encargos em Contas Corrente".

Fica, pois, acolhido o cálculo apresentado pelo *expert*, ou seja, que apurou crédito em favor da exequente para a data de 12/09/2014 no valor de **R\$ 28.442,06**.

Destarte, **ACOLHO EM PEQUENA PARTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO** para que o montante cobrado seja reduzido de R\$ 30.467,33 para **R\$ 28.442,06** (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e seis centavos), corrigidos desde a data do depósito, ou seja, 12/09/2014.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo deverão ser rateadas pelas partes na proporção de 50% para cada uma e cada qual arcará com os honorários de seus respectivos patronos. Os honorários periciais também deverão ser rateados na proporção acima mencionada. Deve ser observado, que a exequente já adiantou 2/3 dos honorários periciais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do acima exposto, estando com o depósito de fls. 866/867 satisfeita a execução, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 794, I, do CPC.

Expeçam-se mandados de levantamento após o trânsito em julgado.

P. R. I.

São Carlos, 27 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**